

# Apesar dos ganhos, os angolanos mostram-se insatisfeitos com os esforços do governo no combate a corrupção

**Afrobarometer Edição No. 396 | Carlos Pacatolo e David Boio**

## Resumo

Em apenas um ano, Angola melhorou da 167ª para 146ª posição no Índice de Percepção da Corrupção (CPI) da Transparency International (2020), em grande parte devido à força das reformas anticorrupção introduzidas após a posse do Presidente João Lourenço em Setembro de 2017 (Jornal de Angola, 2020; O Observador, 2020a).

Embora a pontuação do CPI do país ainda seja inferior à da África Subsaariana e das médias globais, as investigações aos casos de alegada corrupção continuam a ser feitas, tendo um tribunal de Luanda ordenado o congelamento dos bens de Isabel dos Santos e de Irene Neto (filhas dos ex-presidentes José Eduardo dos Santos e Agostinho Neto). Ainda assim, João Lourenço e o Procurador Geral da República, que têm apelado a sociedade para se juntar à cruzada nacional de luta contra a corrupção, denunciando os casos, têm-se mantido em silêncio diante da recente reportagem de uma televisão portuguesa, que acusou o director de gabinete do presidente de envolvimento em esquemas de corrupção e de obtenção de vantagens que violam a lei da probidade pública (Voz da América, 2019; Público, 2020; O Observador, 2020b; TVI24, 2020).

Como os cidadãos percebem os esforços da luta contra a corrupção?

Os resultados do primeiro inquérito do Afrobarometer em Angola mostram que uma proporção considerável vê a corrupção diminuir, mas uma maioria relativa classifica o desempenho do governo na luta contra a corrupção como fraco. Em parte, isso pode estar relacionado com a percepção daqueles que dizem que o presidente está a usar a luta contra a corrupção como arma política. Além disso, a maioria teme retaliação ou outras consequências negativas se denunciar casos de corrupção às autoridades.

Apesar destas reservas, a maioria dos angolanos opõe-se a um perdão geral para os casos de corrupção anteriores a Setembro de 2017 e deseja que o governo recupere todos os bens financeiros e patrimoniais adquiridos indevidamente.

## Inquérito do Afrobarometer

O Afrobarometer é uma rede de pesquisa pan-africana e não-partidária que fornece dados quantitativos fiáveis sobre a vivência e avaliação dos africanos da democracia, da governação e da qualidade de vida. Foram realizadas sete rondas de pesquisas de opinião pública em 38 países, entre 1999 e 2018. A 8ª Ronda está prevista em 35 países africanos, entre 2019/2020. O Afrobarometer realiza entrevistas face-a-face na língua da escolha do entrevistado, com uma amostra nacional representativa.

No seu primeiro inquérito de opinião pública em Angola, a equipa do Afrobarometer liderada pela Ovilongwa – Estudos de Opinião Pública entrevistou 2.400 angolanos adultos, entre 27 de novembro e 27 de dezembro 2019. Uma amostra deste tamanho produz

resultados nacionais com uma margem de erro de +/- 2 pontos percentuais e um nível de confiança de 95%.

## Principais resultados

- Os angolanos têm uma percepção mista do nível de corrupção no país, pois cerca de metade (44%) dos angolanos dizem que diminuiu nos 12 meses anteriores a pesquisa enquanto 33% dizem que aumentou.
- Apesar disso, uma maioria (54%) dos angolanos disse que o governo está a ter um mau desempenho na luta contra a corrupção.
- Uma maioria relativa (39%) disse que o Presidente está a usar a luta contra a corrupção como instrumento de combate político no interior do MPLA.
- Cerca de seis (55%) em cada nove angolanos consideram que a denuncia de actos de corrupção às autoridades acarreta riscos de retaliação ou outras consequências negativas.
- Entre os angolanos que tiveram contacto com os principais serviços públicos durante o ano anterior a pesquisa, cerca de quatro em cada 10 afirmam ter pago gasosa ou micha/suborno para obter assistência policial (42%) ou evitar problemas com a polícia (42%), para obter um documento de identificação do governo (39%), ou para obter serviços de escola pública (39%).
- A Polícia Nacional é mais amplamente percebida como corrupta do que outras instituições públicas importantes. Quatro em cada 10 angolanos (39%) dizem que "a maioria" ou "todos" os efectivos da polícia são corruptos.
- Um pouco mais da metade (51%) dos entrevistados se opõe à ideia de perdoar todos os envolvidos em casos de corrupção até 2017, e uma grande maioria (58%) afirma que o governo deve recuperar todos os bens financeiros e patrimoniais adquiridos por meio da corrupção.

## Nível de corrupção e desempenho do governo no combate à corrupção

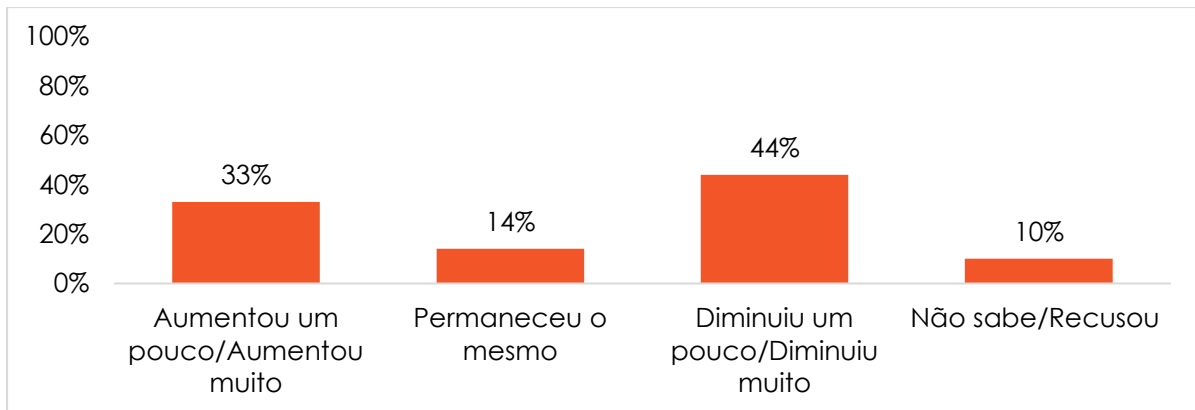
Existe uma ligeira diferença entre os angolanos quanto a percepção do nível de corrupção no país, pois 44% dizem que diminuiu "um pouco" ou "muito" no ano passado, enquanto 33% dizem que aumentou "um pouco" ou "muito" e 14% dizem que permaneceu o mesmo (Figura 1).

Contudo, apenas um terço (32%) dos angolanos avaliam como "bom" ou "muito bom" o desempenho do governo angolano na luta contra a corrupção. Entretanto, a maioria (54%) avalia o mesmo desempenho como sendo "mau" ou "muito mau" (Figura 2). Os residentes urbanos e os entrevistados com maior escolaridade tendem mais a avaliar de forma positiva o desempenho do governo, mas também são os mais propensos a ser críticos, enquanto os entrevistados rurais e com menor escolaridade são mais propensos a dizer que "não sabem". As regiões<sup>1</sup> Norte e Centro-Norte têm menos probabilidade de aprovar o desempenho do governo em relação à corrupção (22% cada).

---

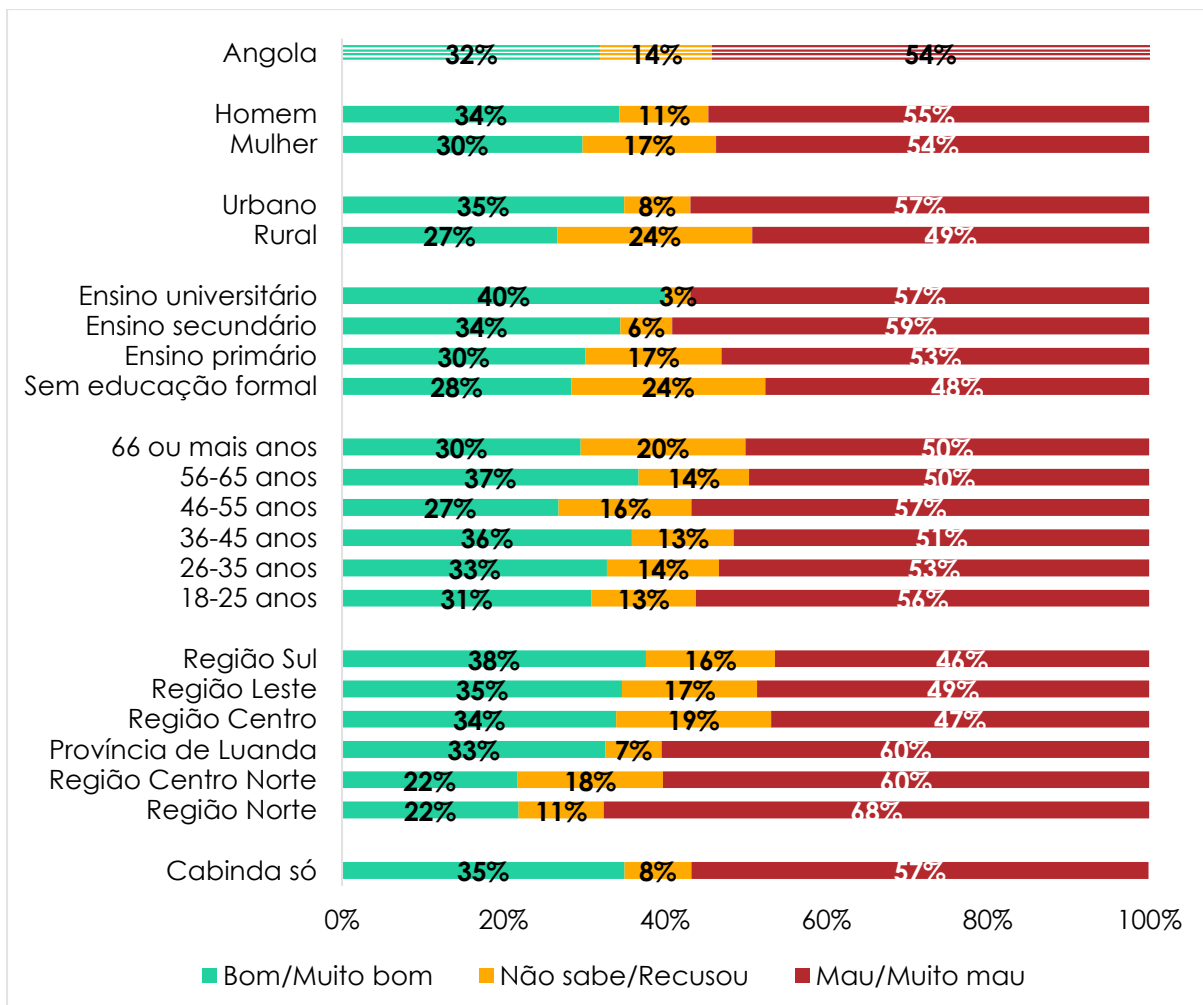
<sup>1</sup> De acordo com o Instituto Nacional de Estatística as regiões de Angola agrupam as seguintes províncias: Norte (Cabinda, Uíge, Zaire), Centro Norte (Bengo, Cuanza Norte, Malange), Centro (Benguela, Bié, Cuanza Sul, Huambo), Leste (Cuando Cubango, Lunda Sul, Lunda Norte, Moxico), Sul (Cunene, Huíla, Namibe) e Luanda. Os resultados da província de Cabinda, incluídos na média da Região Norte, também são analisados separadamente.

**Figura 1: Nível de corrupção no país | Angola | 2019**



**Pergunta aos entrevistados:** Na sua opinião, em relação ao ano passado, o nível de corrupção no país aumentou, diminuiu, ou permaneceu o mesmo?

**Figura 2: Desempenho do governo na luta contra a corrupção | por grupo socio-demográfico | Angola | 2019**



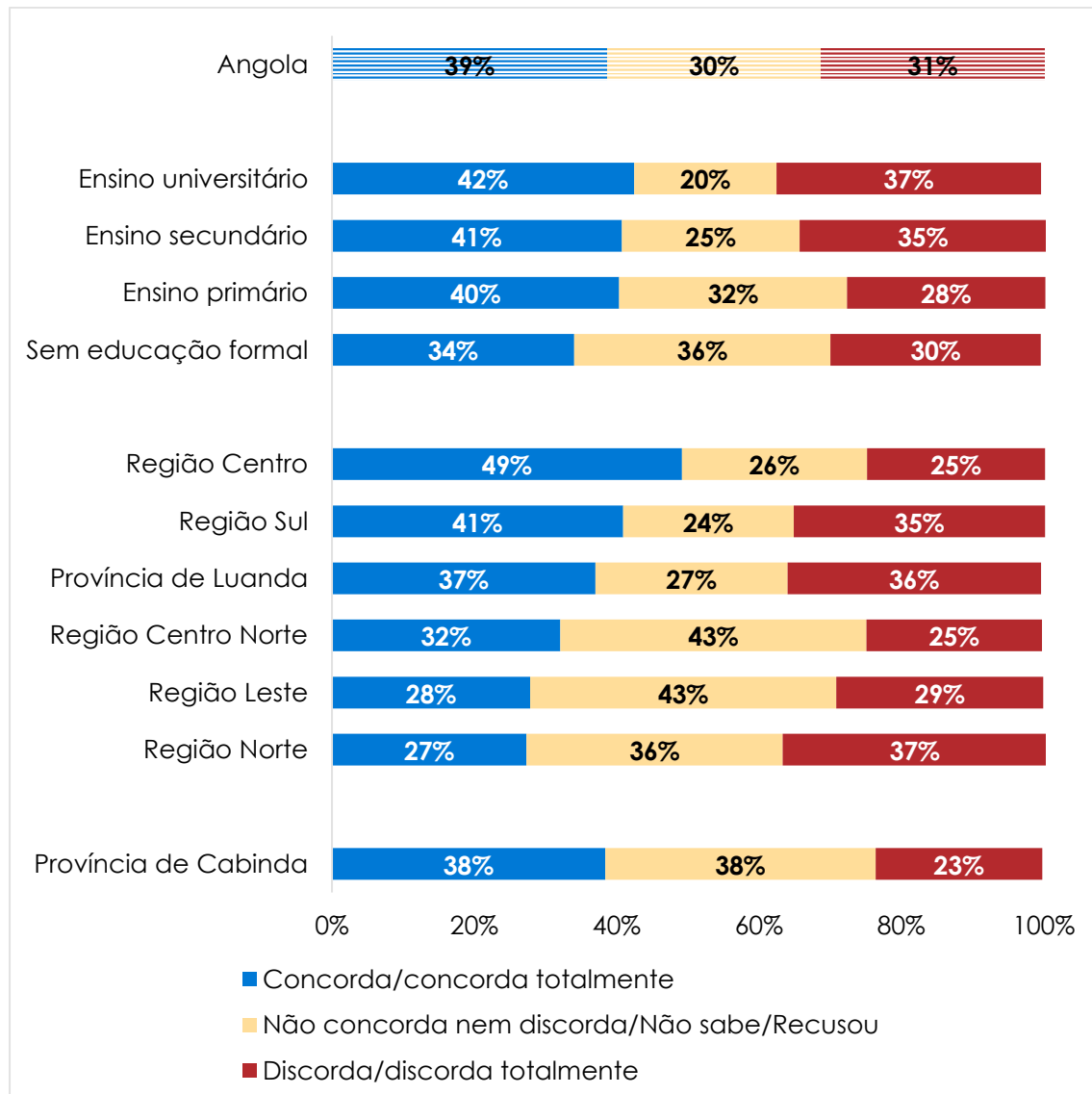
**Pergunta aos entrevistados:** Até que ponto você acha que o governo está a lidar bem ou mal com as seguintes matérias, ou você não ouviu o suficiente para ter uma opinião: Combater a corrupção no governo?

Quatro (39%) em cada 10 angolanos “concordam” ou “concordam totalmente” que o presidente está a usar a luta contra a corrupção como instrumento de combate político no interior do MPLA. Mas três (31%) em cada 10 discordam desta possibilidade, enquanto a mesma proporção (30%) “não concordam nem discordam” ou “não sabem” ou “recusaram” (Figura 3).

Esta divisão dos angolanos é relativamente mais notável nos residentes de Luanda, pois (37%) “concordam” ou “concordam totalmente” com a instrumentalização da luta contra a corrupção, enquanto (36) “discordam” ou “discordam totalmente”.

Os respondentes sem educação formal têm menos probabilidade de afirmar que o presidente está a usar a luta contra a corrupção como instrumento de combate político (34%), assim como os residentes das regiões Norte (27%) e Leste (28%).

**Figura 3: Concorda que João Lourenço está usar a luta contra a corrupção para afastar adversários políticos** | por grupo socio-demográfico | Angola | 2019



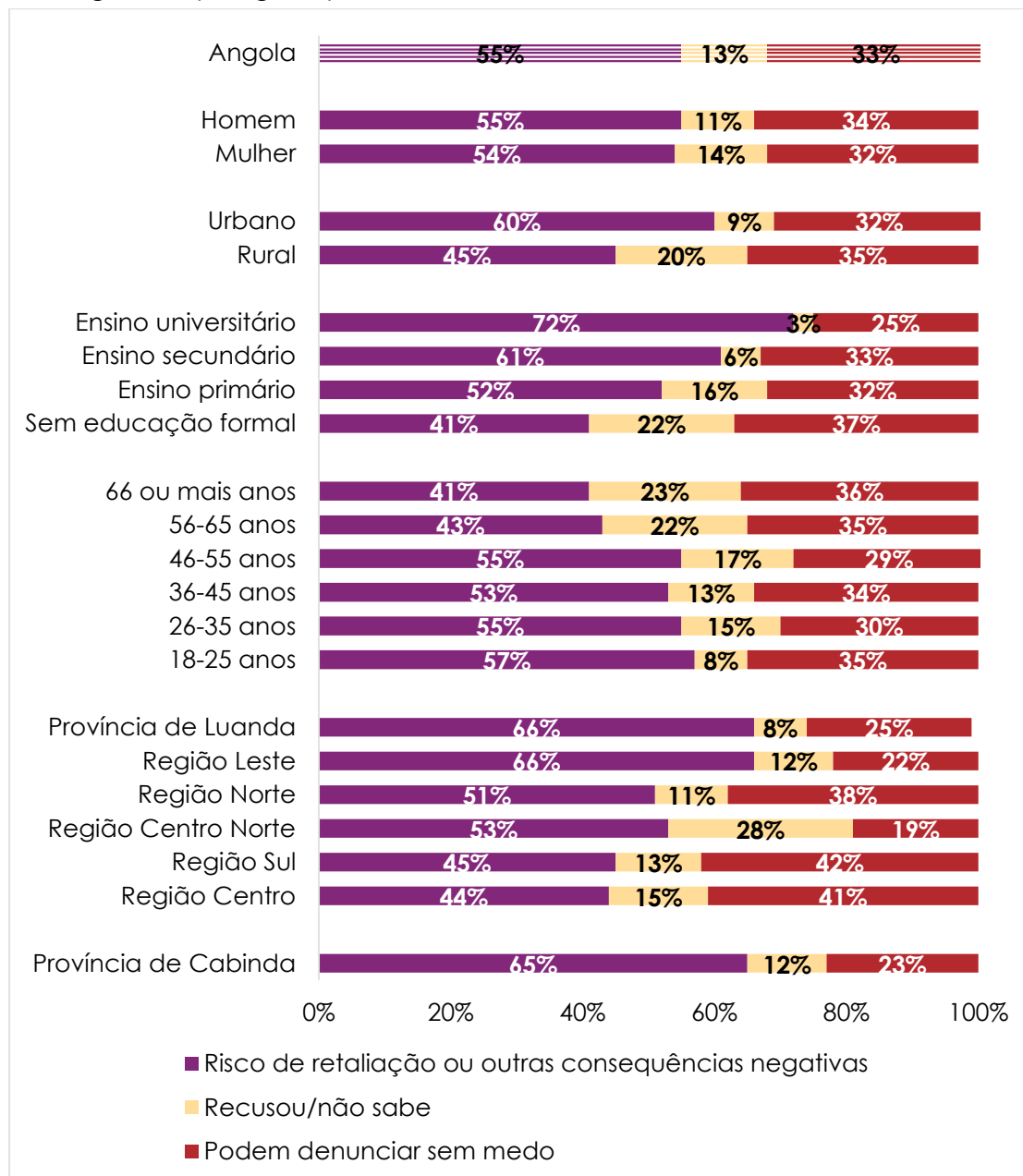
**Perguntas aos entrevistados:** Por favor, diga-me se discorda ou concorda com as seguintes afirmações: A luta contra a corrupção é um instrumento político usado pelo Presidente João Lourenço para afastar adversários políticos dentro do MPLA?

## Denúncia de casos de corrupção

Mais de metade dos angolanos (55%) consideram que as pessoas que denunciam actos de corrupção às autoridades correm o risco de retaliação ou outras consequências negativas. Apenas um terço (33%) acredita que pode denunciar casos de corrupção sem medo (Figura 4).

A percepção do risco de retaliação é comparativamente maior nos angolanos mais escolarizados (72%), nos residentes da Província de Luanda e da região Leste (66%), da Província de Cabinda (65%) e da zona urbana (60%).

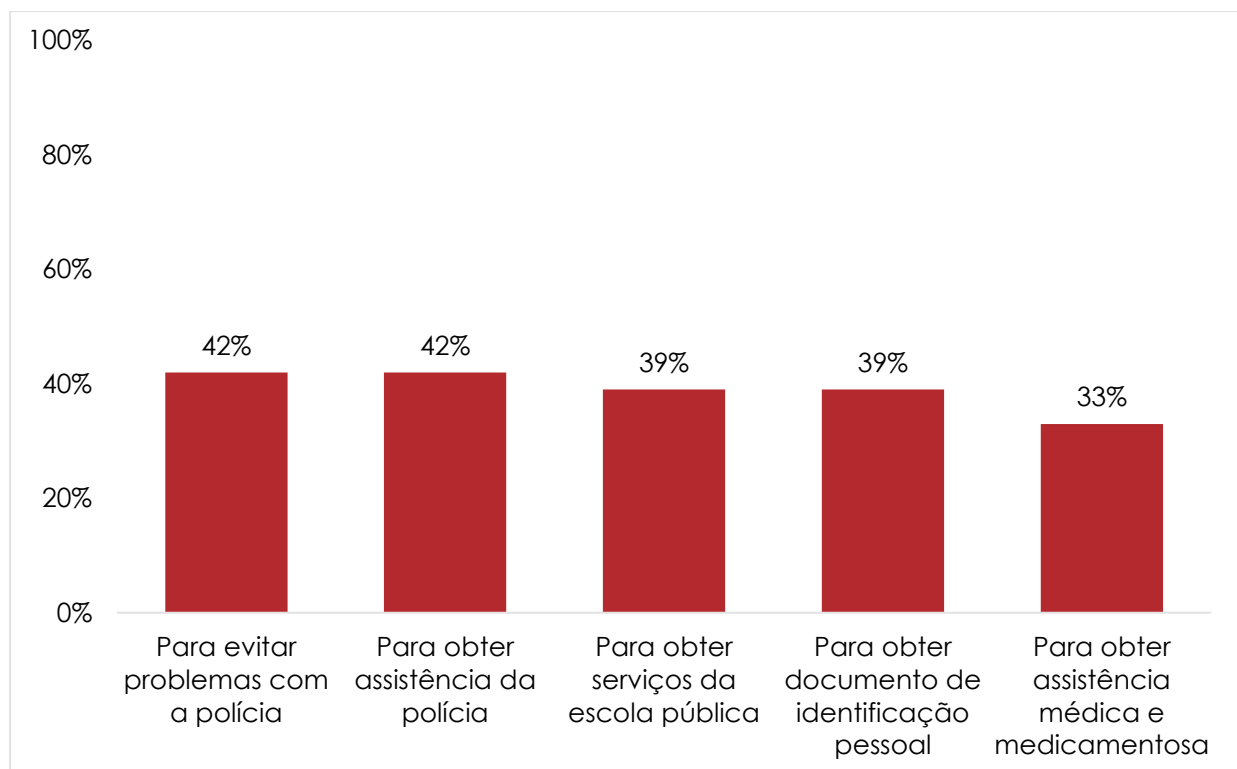
**Figura 4: Liberdade para denunciar casos de corrupção** | por grupo socio-demográfico | Angola | 2019



**Pergunta aos entrevistados:** No país, as pessoas comuns podem denunciar casos de corrupção sem medo, ou elas correm o risco de retaliação ou outras consequências negativas se elas falarem?

Os níveis reportados de experiência pessoal com a corrupção, no acesso aos bens e serviços públicos gratuitos ou tendencialmente gratuitos, são bastante preocupantes, pois sugerem uma prática sistémica, funcional e institucionalizada no dia-a-dia dos cidadãos angolanos. Entre os respondentes que tiveram contacto com os principais serviços públicos durante os últimos 12 meses anteriores a pesquisa, cerca de quatro em cada 10 angolanos afirmaram ter recorrido à micha ou gasosa “uma ou duas vezes,” “poucas vezes,” ou “frequentemente” para ter assistência policial (42%) ou evitar problemas com a polícia (42%), para obter um documento de identificação pessoal (39%), ou para ter acesso aos serviços da escola pública (39%). Um terço (33%) disse ter pago uma micha ou gasosa para obter assistência médica ou medicamentosa pública (Figura 5).

**Figura 5: Pagar gasosa/micha para obter acesso aos serviços públicos | Angola | 2019**



**Pergunta aos entrevistados:** Com que frequência, se alguma vez, você teve de pagar uma gasosa/micha, dar um presente, ou fazer um favor para obter os serviços públicos que precisava?

### Quem é corrupto?

Entre os principais líderes e funcionários públicos, a Polícia Nacional é percebida pelos angolanos como sendo a mais corrupta: quatro em cada 10 angolanos (39%) dizem que “a maioria” ou “todos” os agentes da polícia são corruptos, além de 30% que dizem “alguns” deles estão envolvidos em casos de corrupção. A maioria das outras instituições sai-se ligeiramente melhor, incluindo os funcionários do governo provincial (33% a maioria / todos), funcionários públicos (32%), deputados à Assembleia Nacional (29%) e juizes (27%). A Presidência é percebida como a menos corrupta entre as instituições-chave, quase no mesmo nível dos líderes tradicionais e religiosos (Figura 6).

**Figura 6: Quem está envolvida em casos de corrupção | Angola | 2019**

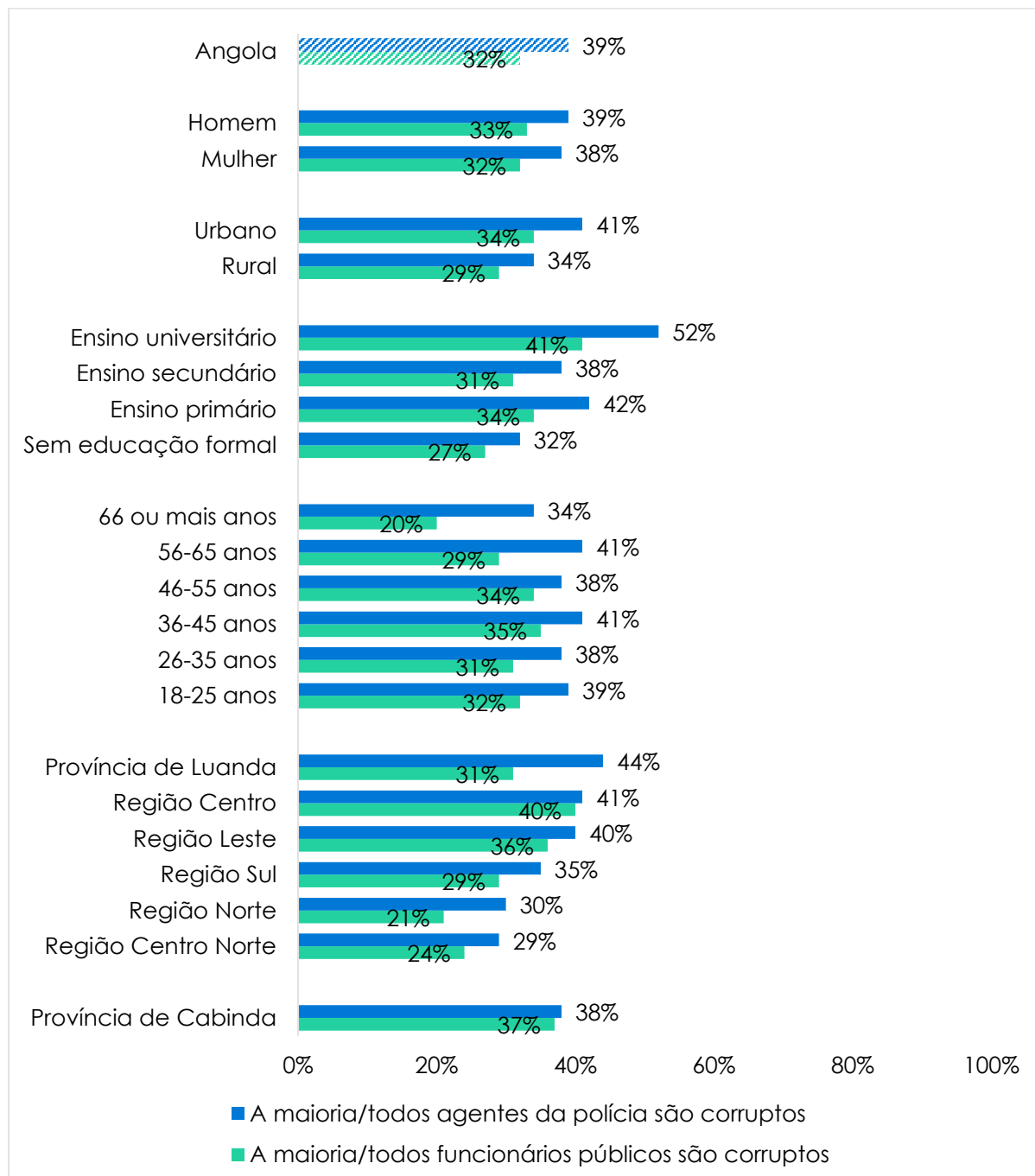


**Perguntas aos entrevistados:** Quantas, das seguintes pessoas, você acha que estão envolvidas em casos de corrupção, ou você ainda não ouviu falar o suficiente sobre elas para ter uma opinião?

No que diz respeito tanto à polícia quanto aos funcionários públicos, os entrevistados mais escolarizados e os residentes urbanos são mais propensos do que os cidadãos menos instruídos e residentes rurais a afirmar que “a maioria” ou “todos” estão envolvidos em casos de corrupção (Figura 7). Homens e mulheres compartilham a mesma percepção do envolvimento dos agentes da polícia e funcionários públicos em casos de corrupção, enquanto os cidadãos idosos são menos propensos do que os mais jovens a considera-los como corruptos - talvez porque os idosos estejam menos expostos as situações que propiciam o pagamento de micha ou gasosa. Os residentes das regiões Norte e Centro

Norte também são menos propensos do que os outras regiões de ver os agentes da polícia e os funcionários públicos como corruptos.

**Figura 7: Percepção do envolvimento da polícia nacional e dos funcionários públicos em casos de corrupção** | por grupo socio-demográfico | Angola | 2019



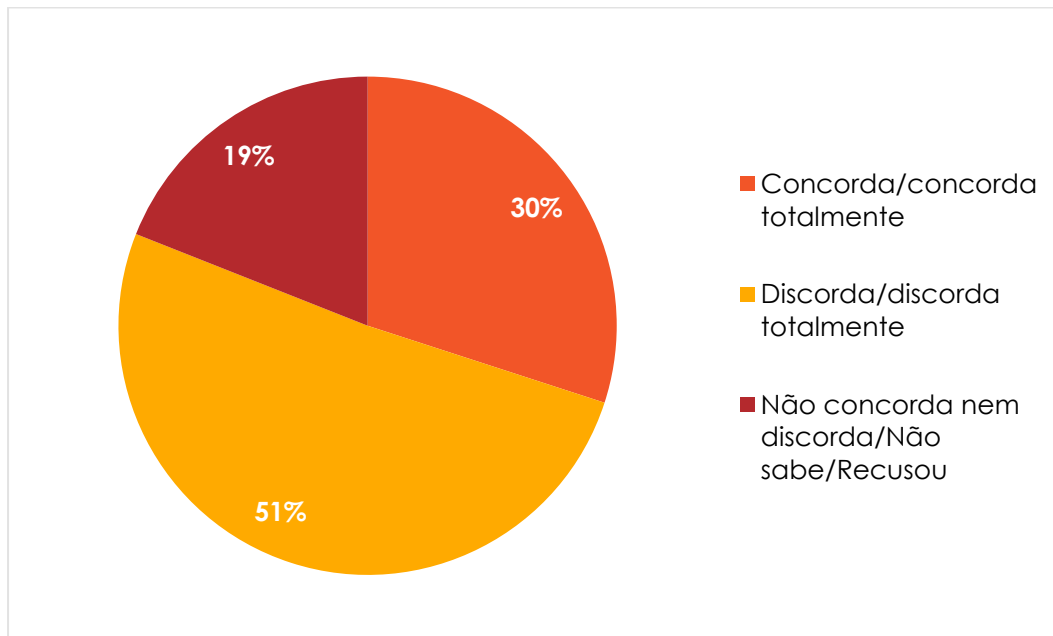
**Perguntas aos entrevistados:** Quantas, das seguintes pessoas, você acha que estão envolvidas em casos de corrupção, ou você ainda não ouviu falar o suficiente sobre elas para ter uma opinião: Polícia Nacional? Funcionários públicos? (% que disse "a maioria" ou "todos")



## Opções na luta contra a corrupção

Os angolanos parecem depositar alguma esperança no futuro da luta contra a corrupção, pois exortam o governo a trabalhar arduamente na recuperação dos bens financeiros e patrimoniais roubados do estado e não perdoar as pessoas responsáveis por tais roubos. Uma maioria (51%) dos entrevistados “discorda” ou “discorda fortemente” da ideia de que o governo deve perdoar todos os envolvidos em casos de corrupção até Setembro de 2017 (ou seja, sob o regime do anterior presidente, José Eduardo dos Santos). Cerca de três em cada 10 (30%) apoiam a possibilidade de perdoar os corruptos para garantir a estabilidade política no país (Figura 8). Os entrevistados com ensino secundário (58%) ou ensino universitário (64%) e os residentes urbanos (54%) são mais propensos a se opor ao perdão dos corruptos do que os cidadãos com menor escolaridade (45%) ou que vivem em áreas rurais (45%) ( não mostrado).

**Figura 8: Concorda com o perdão de todos envolvidos em casos de corrupção: pela estabilidade política | Angola | 2019**

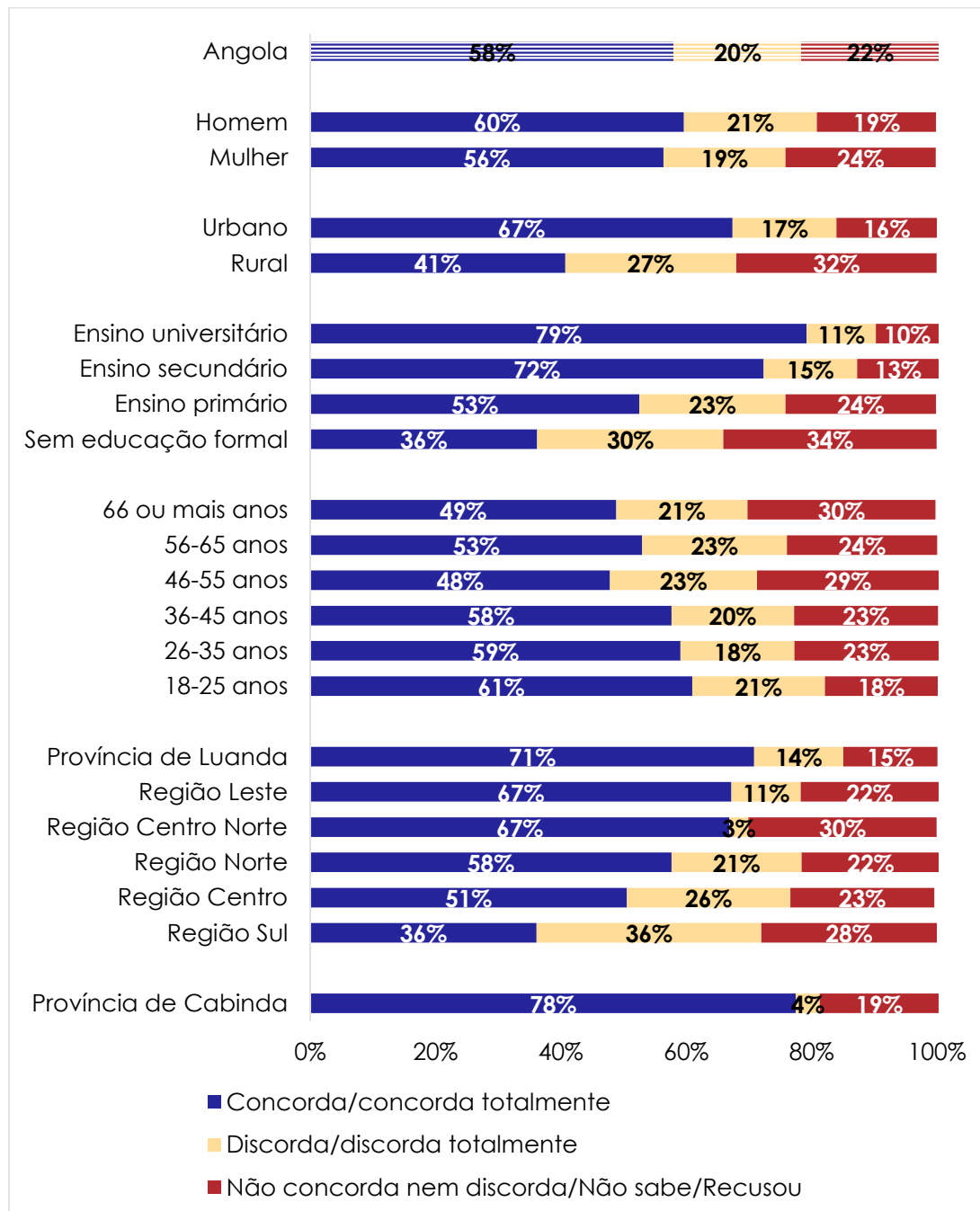


**Perguntas aos entrevistados:** Por favor, diga-me se discorda ou concorda com as seguintes afirmações: Para garantir a estabilidade política, o governo deve perdoar todas as pessoas envolvidas em casos de corrupção, antes de 2017?

De igual modo, a maioria dos angolanos (58%) “concorda” ou “concorda totalmente” que o governo deve recuperar todos os bens financeiros e patrimoniais adquiridos por meio de actos de corrupção, enquanto um quinto (22%) “discorda” (Figura 9). Mais uma vez, os entrevistados mais escolarizados (79%) e residentes urbanos (67%) são os mais propensos a favorecer a recuperação de todos ativos financeiros e patrimoniais do que os cidadãos menos instruídos e residentes rurais. Mais de dois terços dos inquiridos residentes na Província de Luanda (71%) concordam com a recuperação, Região Leste (67%) e Região Centro Norte (67%), bem como na província de Cabinda (78%).

Entre os angolanos que concordam com a recuperação dos activos destacam-se relativamente os mais escolarizados (79%), residentes de Cabinda (78%), de Luanda (71%), zona urbana (67%), mais jovens (61%) e os homens (60%).

**Figura 9: Concorda com a recuperação de todos os bens financeiros/patrimoniais adquiridos por meio da corrupção** | por grupo socio-demográfico | Angola | 2019



**Perguntas aos entrevistados:** Por favor, diga-me se discorda ou concorda com as seguintes afirmações: O governo deve recuperar todos os bens financeiros/patrimoniais que os cidadãos adquiriram por meio da corrupção?

### Conclusão

Angola registou um crescimento assinalável no índice sobre a percepção da corrupção da Transparency International. Contudo, ainda está distante das médias quer seja da África Subsaariana, quer seja mundial. Os dados do Afrobarometer indicam que esta percepção é também partilhada pelos próprios angolanos. A maioria dos angolanos acha que o governo

não está a fazer o suficiente para combater a corrupção; que o presidente está a usar a luta contra a corrupção como instrumento de combate político interno no MPLA; e que o Estado não tem vontade de proteger os denunciantes.

Mas eles claramente depositam alguma esperança nos órgãos da justiça do país para fazer face aos casos de corrupção, punindo os corruptos e recuperando os activos financeiros e patrimoniais adquiridos com recurso aos actos de corrupção.

Para os formuladores de políticas e a sociedade civil, estes resultados apontam também para a necessidade de se elaborar estratégias para aumentar o sentimento de segurança pessoal dos cidadãos, sobretudo daqueles que se envolverem em campanhas de denúncia da corrupção

---

Faça sua própria análise dos dados do Afrobarometer  
– sobre qualquer questão, para qualquer país e  
ronda de inquérito. É fácil e gratuito em  
[www.afrobarometer.org/online-data-analysis](http://www.afrobarometer.org/online-data-analysis).

---

## Referências

- Jornal de Angola. (2020). Angola sobe 19 lugares no ranking contra corrupção. 14 de janeiro.
- Negócios. (2020). PGR de Angola apreende mais imóveis do empresário Carlos São Vicente. 25 de setembro.
- O Observador. (2020a). Angola melhorou 19 pontos no índice de percepção da corrupção da transparency international. 23 de janeiro.
- O Observador. (2020b). PGR angolana ordena congelamento de contas e apreensão de bens de Irene Neto. 18 de setembro.
- Público. (2020). Justiça portuguesa congela contas bancárias de Isabel dos Santos avança o expresso. 11 de fevereiro.
- Transparency International. (2020). Corruption Perceptions Index 2019.
- TVI24. (2020). Braço direito do presidente angolano arrecada milhões em contratos públicos. 21 de setembro.
- Voz da América. (2019). Tribunal congela finanças e bens de Isabel dos Santos, seu marido e presidente do banco de fomento. 30 de dezembro.
- Voz da América. (2020). Suíça congelou centenas de milhões de dólares de contas controlados por genro de Agostinho Neto. 30 de agosto.

**Carlos Barnabé Upindi Pacatolo** é politólogo e Investigador Principal da Ovilongwa – Estudos de Opinião Pública, parceira angolana do Afrobarometer. Email: pacatolo@yahoo.com.br.

**David Joaquim Chinhenga Boio** é sociólogo e Investigador Principal da Ovilongwa – Estudos de Opinião Pública, parceira angolana do Afrobarometer, e Investigador do Centro Sol Nascente do Huambo. Email: davidboio@gmail.com.

A Afrobarometer, uma corporação sem fins lucrativos com sede no Gana, dirige uma rede de pesquisa pan-africana e não-partidária. Coordenação regional de parceiros nacionais em cerca de 35 países é fornecida por Center for Democratic Development (CDD) no Gana, Institute for Justice and Reconciliation (IJR) na África do Sul, e Institute for Development Studies (IDS) da University of Nairobi, no Quênia. A Michigan State University (MSU) e a University of Cape Town (UCT) prestam apoio técnico à rede.

O apoio financeiro à Ronda 8 do Afrobarometer foi prestado pela Swedish International Development Cooperation Agency (SIDA), Mo Ibrahim Foundation, Open Society Foundations, William and Flora Hewlett Foundation, e U.S. Agency for International Development (USAID) através do U.S. Institute of Peace.

As doações ajudam o Projeto Afrobarometer a dar voz aos cidadãos africanos. Por favor, considere fazer uma contribuição (em [www.afrobarometer.org](http://www.afrobarometer.org)) ou contactar Bruno van Dyk ([bruno.v.dyk@afrobarometer.org](mailto:bruno.v.dyk@afrobarometer.org)) para discutir o financiamento institucional.

Para mais informações, visite [www.afrobarometer.org](http://www.afrobarometer.org).

